

LEI COMPLEMENTAR Nº 7 DE 14 DE MARÇO DE 2000

REESTRUTURA A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE ITAJAÍ, INSTITUÍDA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 04, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1999, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO RIBAS PEREIRA, Prefeito Municipal em exercício. Faço saber que a Câmara Municipal de Itajaí, votou e aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Itajaí - FAMAI, entidade dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Itajaí e jurisdição em todo o seu território, com tempo indeterminado de duração, reger-se-á pelas seguintes normas e objetivos:

I - executar a política ambiental do Município de Itajaí, conforme as diretrizes do Plano Municipal de Meio Ambiente e Recursos Naturais, previsto no Art. 130, da [Lei Orgânica](#) do Município.

II - articular-se com organismos municipais, estaduais, federais, internacionais e privados, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas de proteção ao meio ambiente.

III - assessorar a preservação, a recuperação e a exploração racional dos recursos naturais do Município.

~~IV - celebrar contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando desenvolver a política de recursos da Fundação.~~

IV - celebrar contratos, acordos, ajustes de conduta, convênios e termos de compromisso ou protocolos com pessoas e entidades públicas e privadas, inclusive estrangeiras, visando desenvolver a política de recursos da Fundação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 8/2000)

V - promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a despertar a consciência ambiental da população para com os problemas de preservação e proteção ambiental.

VI - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente natural, autuando e aplicando as punições que a legislação ambiental dispõe para cada caso de agressão, poluição, caça e pesca predatória.

VII - implantar, fiscalizar e administrar as Unidades de Conservação localizadas em áreas protegidas por lei, tais como: matas nativas, dunas, restingas, manguezais, encostas e recursos hídricos, visando a proteção de mananciais, ecossistemas naturais, flora, fauna, recursos genéticos e outros bens de interesse ambiental.

VIII - assessorar a Administração Pública Municipal em todos os seus aspectos relativos a formulação, coordenação, execução e fazer executar a Política Municipal do Meio Ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis.

IX - colaborar tecnicamente, sempre que possível, com os respectivos proprietários na conservação de áreas de vegetação declaradas de preservação permanente, assim como incentivar o desenvolvimento de jardins, plantas medicinais, hortas, pomares, matas e pequenos reflorestamentos.

X - controlar os padrões de qualidade ambiental relativos à poluição atmosférica, hídrica, acústica e visual, e a contaminação dos solos, incluindo o monitoramento da balneabilidade das águas costeiras e interiores.

XI - propor e operacionalizar normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município, incluindo critérios para colocação de propaganda em logradouros públicos e particulares e em prédios e terrenos.

XII - implantar, coordenar e operacionalizar hortos municipais, com a finalidade de executar atividades de reflorestamentos, projetos paisagísticos, serviços de jardinagens e arborização nas áreas públicas e de lazer do Município.

XIII - colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e no disciplinamento e fiscalização de qualquer atividade de pesca, caça e esportes náuticos no Município;

XIV - promover campanhas para tombamento das espécies de árvores nativas, localizadas em logradouros públicos, a fim de que sejam imunes ao corte, por serem consideradas patrimônio histórico natural.

XV - propor normas ambientais destinadas a disciplinar as atividades dos setores produtivos que operem com transportes, movimentação e depósito de cargas perigosas e tóxicas no Município.

XVI - estimular a implantação e normalizar as atividades relacionadas ao ecoturismo no Município.

XVII - definir as políticas municipais de limpeza urbana, em relação à coleta seletiva de lixo, à reciclagem do lixo "seco", à compostagem do lixo orgânico e à disposição final do lixo sem aproveitamento.

XVIII - participar na fiscalização das atividades utilizadoras de tecnologia nuclear, assim como de quaisquer outras substâncias perigosas, em suas várias formas, controlando o uso, armazenagem, transporte e destinação de resíduos, garantindo medidas, garantindo medidas de proteção às populações envolvidas.

XIX - executar projetos específicos de coleta seletiva e protegida de pilhas, baterias, carregadores de celulares, lâmpadas fluorescentes; a fim de evitar a contaminação do meio natural e social.

XX - promover a conscientização política para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes;

XXI - operacionalizar a participação comunitária no planejamento, execução e vigilância que visem a proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável;

XXII - executar projetos específicos de defesa, preservação e recuperação do meio ambiente, incentivando a criação e absorção de tecnologias compatíveis com a sustentabilidade ambiental;

XXIII - apoiar com recursos próprios disponíveis e procurar o apoio externo para toda e qualquer iniciativa de desenvolvimento sustentável, assim como, para empreendimentos voltados à preservação dos diferentes ecossistemas no âmbito do Município;

XXIV - fiscalizar todas as formas de agressão ao meio ambiente, aplicando as penalidades e punições previstas na Legislação Ambiental Brasileira;

XXV - promover campanhas, eventos, shows, seminários, congressos, workshop, oficinas ecológicas, através de iniciativas próprias, tendo a liberdade e autonomia de elaborar projetos, captar recursos financeiros, listar os convidados e gerenciar todas as atividades relativas às promoções que busquem a conscientização pública;

XXVI - assessorar a Administração Municipal no que concerne aos aspectos ligados ao meio ambiente, previstos na [Lei Orgânica](#) do Município - 1990, bem como, aqueles eventuais que necessitam de apoio logístico institucional;

~~XXVII - analisar os projetos hidrosanitários encaminhados à Prefeitura Municipal de Itajaí, emitindo parecer técnico a respeito, tendo a autoridade para vetar ou aprovar, o projeto em questão; (Revogado pela Lei Complementar nº 73/2005)~~

XXVIII - licenciar, por delegação de poderes, mediante convênio, com os órgãos integrantes do SISNAMA, as atividades consideradas, potencialmente, poluidoras no âmbito do Município, conforme determina as Resoluções do Conama;

XXIX - Analisar e aprovar os projetos de extensão do serviço público municipal de estrutura básica com repercussão ambiental;

Capítulo II DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 2º O patrimônio e os recursos financeiros da Fundação Municipal do Meio Ambiente serão constituídos de:

I - bens imóveis, móveis e direitos, livres de ônus, que lhe forem transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras;

II - bens móveis e imóveis, bem como os que forem sendo constituídos, adquiridos ou transferidos em caráter definitivo;

III - doações, contribuições, heranças ou legados de qualquer natureza;

Art. 3º Os recursos financeiros da Fundação Municipal do Meio Ambiente serão provenientes de:

I - dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município, além dos recursos específicos recebidos pela Prefeitura Municipal de Itajaí e vinculados à Fundação;

II - auxílios e subvenções da União, do Estado de Santa Catarina ou de quaisquer organismos públicos ou entidades privadas;

III - receitas eventuais;

IV - recursos financeiros resultantes:

- a) das rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;
- b) das contribuições oriundas de convênios, acordos ou contratos;
- c) dos produtos de operação de crédito;
- d) das ajudas financeiras de qualquer natureza;
- e) do produto da venda do patrocínio de qualquer atividade promocional da Fundação;
- f) de depósitos para cauções ou garantias de execução contratual de qualquer natureza que converterem aos seus cofres, em razão de inadimplemento contratual;
- g) das doações, heranças ou legados de pessoas naturais e jurídicas, privada ou pública, nacionais ou estrangeiras, bem como multas, indenizações, restituições e compensações financeiros por danos e impactos negativos causados ao meio ambiente;
- h) de quaisquer outros recursos que lhe forem destinados;
- i) do saldo do exercício financeiro encerrado;
- j) do produto da cobrança de entrada para visitação de parques municipais, APA's - Área de Preservação Ambiental, trilhas ecológicas e outras atividades afins.
- k) da renda dos bens patrimoniais;
- l) de fundos perdidos da União, do Governo Estadual e da Prefeitura Municipal de Itajaí;

Art. 4º Os bens imóveis transferidos à Fundação Municipal de Meio Ambiente só poderão ser alienados com prévia e expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º Na venda ou permuta de seus imóveis, doados à Fundação, sem cláusula de inalienabilidade, será sempre ouvida a Câmara Municipal de Itajaí.

Art. 6º É vedada à Fundação Municipal do Meio Ambiente, a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas receitas, a dirigentes, membros do Conselho ou a servidores, a título de lucro ou de participação nos resultados de exercício ou de atividade.

Art. 7º Os bens e direitos que forem adquiridos no decorrer de suas atividades, quer sejam, através de projetos, doações, permutas, empréstimo e outros, deverão ser de uso exclusivo da Fundação.

§ 1º - Os bens e direitos serão inventariados, mediante controle de patrimônio, devidamente, catalogados e etiquetados;

§ 2º - Extinguindo-se a Fundação, os bens e direitos, serão utilizados, exclusivamente, na consecução de seus objetivos e programas de trabalho.

Art. 8º O patrimônio e a renda gerada pela Fundação, gozarão de imunidade tributária.

Capítulo III DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

~~Art. 9º A Fundação Municipal do Meio Ambiente tem a seguinte estrutura organizacional básica:~~

~~I - Conselho Deliberativo~~

~~II - Diretor Superintendente~~

~~III - Unidades de Assessoramento~~

~~a) Assessoria Jurídica~~

~~b) Assessoria de Comunicação Social~~

~~IV - Unidades de Execução~~

~~a) Departamento Administrativo e Financeiro~~

~~b) Departamento Técnico~~

~~c) Departamento de Educação Ambiental~~

~~V – Sub Unidades de Execução~~
~~a) Divisão de Controle e Fiscalização~~
~~b) Divisão de Projetos Ambientais~~
~~c) Divisão Financeira e Contábil~~
~~d) Divisão Administrativa (Redação acrescentada pela Lei Complementar nº 8/2000)~~
~~VI – Gerência~~
~~a) Gerência Administrativa~~
~~I – Conselho Deliberativo~~
~~II – Superintendente~~
~~III – Gerência de Gestão~~
~~a) Assessoria de Gestão~~
~~b) Assistência de Gestão "A"~~
~~IV – Diretoria de Educação e Fiscalização Ambiental~~
~~a) Assessoria de Direção~~
~~V – Diretoria de Análise e Licenciamento Ambiental~~
~~a) Assessoria de Direção~~
~~VI – Diretoria de Recursos Hídricos e Resíduos~~
~~a) Assessoria de Direção (Redação dada pela Lei Complementar nº 85/2006)~~
~~VII – Auxiliar de Serviços Gerais~~
~~a) Agente de Serviços (Revogado pela Lei Complementar nº 116/2007)~~

Art. 9º A - A Fundação Municipal do Meio Ambiente de Itajaí - FAMAI, tem a seguinte estrutura organizacional básica:

I - Conselho Deliberativo;

II - Superintendente;

III - Gerência de Gestão, com as seguintes unidades subordinadas;

- a) Assessoria de Gestão;
- b) Assistência de Gestão "A";

IV - Diretoria de Educação e Fiscalização Ambiental, com a seguinte unidade subordinada;

- a) Assessoria de Direção;

V - Diretoria de Análise e Licenciamento Ambiental, com a seguinte unidade subordinada;

- a) Assessoria de Direção;

VI - Diretoria de Recursos Hídricos e Resíduos, com a seguinte unidade subordinada;

- a) Assessoria de Direção;

VII - Coordenadoria Técnica Jurídica (Redação acrescentada pela Lei Complementar nº 116/2007)

SEÇÃO I

DO CONSELHO DELIBERATIVO

Art. 10 - O Conselho Deliberativo será constituído por 7(sete) membros efetivos e 7(sete) membros suplentes, sendo um representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente, um representante da Secretaria Municipal de Administração, um representante das ONG's - Ambientalistas, um representante da ACII - Associação Comercial e Industrial de Itajaí, um representante da UNIVALI, um representante dos órgãos do SISNAMA e um representante do CREA - Área Itajaí.

§ 1º - A Presidência do Conselho Deliberativo será exercida pelo Diretor Superintendente da Fundação Municipal do Meio Ambiente.

§ 2º - Os demais membros do Conselho Deliberativo, serão indicados pelas respectivas instituições públicas e organizações não-governamentais, em lista tríplice, para que seja submetida à apreciação e aprovação do Prefeito Municipal, a fim de que sejam homologadas as indicações.

Art. 11 - O mandato do Conselho Deliberativo será de 2(dois) anos, facultada a recondução por igual período.

Art. 12 - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - examinar os livros contábeis e papéis de escrituração da Fundação, o estado do caixa e os valores em depósito, a fim de aprovar ou não as contas;

II - manifestar-se sobre a alienação de imóveis e aceitação de doações com encargos;

III - pronunciar-se sobre despesas extraordinárias autorizadas pela Diretoria da Fundação;

IV - lavrar os resultados dos exames a que proceder nos livros de atas e pareceres do próprio Conselho;

V - apresentar à Diretoria, no máximo em 15(quinze) dias após o recebimento, parecer sobre o relatório das atividades, a prestação de contas e o balanço geral da Fundação do exercício anterior;

VI - propor à Diretoria da Fundação medidas que julgar necessárias, ao bom desempenho da mesma;

VII - denunciar ao Ministério Público os erros, fraudes ou crimes que por ventura constatar.

VIII - manifestar-se sobre a programação de trabalho da Fundação, plano de aplicação dos recursos e dotação orçamentária;

IX - contribuir para reformulação, ajustes e alterações do Regimento Interno da Fundação Municipal do Meio Ambiente, sempre que se fizer necessário;

X - lavrar nos livros de atas das reuniões do Conselho Deliberativo, os resultados dos exames e análises que proceder, transcrevendo na íntegra, os pareceres emitidos pelos membros efetivos.

Art. 13 - O Conselho Deliberativo, para apreciar e deliberar sobre a matéria de sua competência, reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por trimestre, e extraordinariamente, quando for convocado por seu Presidente ou pela maioria absoluta dos conselheiros.

§ 1º - As reuniões do Conselho Deliberativo serão realizadas com a presença de maioria dos seus membros, elaborando-se ata que será lavrada em livro próprio de atas de reuniões;

§ 2º - As decisões do Conselho Deliberativo serão formalmente, estabelecidas através de Resoluções Internas aprovadas por maioria absoluta dos votos dos conselheiros, cabendo ao Presidente, o voto de qualidade no caso de empate;

§ 3º - Os Diretores da Fundação e outras pessoas convidadas poderão participar das reuniões e debate, sem direito a voto e sem direito a manifestar-se, a não ser quando for convidado pelo Presidente da Reunião

SEÇÃO II DA DIRETORIA

~~Art. 14 - As Diretorias serão dirigidas por: Diretor Superintendente, Assessoria Jurídica, Assessoria de Comunicação Social, Departamento Técnico, Departamento Administrativo e Financeiro, Departamento de Educação Ambiental, Divisão de Controle e Fiscalização, Divisão de Projetos Ambientais, Divisão Financeira e Contábil e Gerência Administrativa.~~

~~Art. 14 - A diretoria se constituirá pelo Diretor Superintendente, pelo Diretor Administrativo e Financeiro, pelo Diretor Técnico e pelo Diretor de Educação Ambiental, nomeados pelo Prefeito Municipal. (Redação dada pela Lei Complementar nº [8/2000](#))~~

~~Art. 14 A diretoria se constituirá pelo Superintendente, pelo Gerente de Gestão, pelo Diretor de Educação e Fiscalização Ambiental, pelo Diretor de Análise e Licenciamento Ambiental e pelo Diretor de Recursos Hídricos e Resíduos, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo. (Redação dada pela Lei Complementar nº [85/2006](#)) (Revogado pela Lei Complementar nº [116/2007](#))~~

Art. 14 A - A Diretoria se constituirá pelo Superintendente, pelo Gerente de Gestão, pelo Diretor de Educação e Fiscalização Ambiental, pelo Diretor de Análise e Licenciamento Ambiental, pelo Diretor de Recursos Hídricos e Resíduos e pelo Coordenador Técnico Jurídico, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº [116/2007](#))

Art. 15 - Compete à Diretoria:

I - Elaborar e executar:

- a) o Plano Anual de Trabalho da Fundação;
- b) o Orçamento e o Plano de Aplicação de Recursos
- c) o Plano de Contas.

II - aprovar convênios, contratos, acordos e termos de cooperação de que participe a Fundação Municipal do Meio Ambiente;

III - elaborar o Relatório Anual das Atividades, a Prestação de Contas e o Balanço Geral;

IV - submeter à apreciação do Conselho Deliberativo;

- a) os livros contábeis e papéis de escrituração da Fundação, o estado do caixa e os valores em depósito;
- b) a alienação de imóveis e aceitação de doações com encargos;
- c) o relatório das atividades, a prestação de contas e o balanço geral do exercício anterior;

V - estabelecer a política de prioridades da Fundação Municipal do Meio Ambiente, submetendo à consideração e apreciação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, que terá a liberdade para analisar e apresentar sugestões; sem contudo, ter o direito de vetar ou recusar as medidas políticas, previamente, estabelecidas pela Diretoria da Fundação;

VI - propor alterações no Quadro de Pessoal e Plano de Cargos, Salários e Carreiras, submetendo-as à aprovação do Prefeito Municipal;

VII - deliberar sobre a guarda, a aplicação e a movimentação dos bens da Fundação, respeitadas as suas finalidades previstas em seus Estatutos;

VIII - propor as reformas regimentais que se fizerem necessárias, ouvindo os demais membros que compõem a Estrutura Organizacional Básica da Fundação e solicitando aos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente, que apresentem sugestões específicas sobre as reformas em questões, que serão submetidas a apreciação final do Prefeito Municipal;

IX - solicitar a transferência de verbas ou dotações e a abertura de crédito adicional, com endosso de dois membros da Diretoria;

X - apreciar as operações de créditos a serem realizadas, submetendo as propostas à aprovação do Prefeito Municipal;

XI - cumprir e fazer cumprir os dispositivos legais e regulamentares previstos no Estatuto e no Regimento Interno da Fundação, bem como as decisões do Conselho Deliberativo e levando em consideração as recomendações e indicações encaminhadas pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMEA.

SEÇÃO III DA SUPERINTENDÊNCIA

~~Art. 16 - São atribuições do Diretor Superintendente:~~

Art. 16 Compete ao Superintendente: (Redação dada pela Lei Complementar nº [85/2006](#))

I - representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, nas relações interinstitucionais, nas relações sociais, em fim, em todas as áreas que se fizerem necessárias a presença da autoridade representativa da instituição;

II - movimentar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro, na falta deste, outro Diretor que o substitua;

III - firmar acordos, contratos e convênios ou termos de cooperação com entidades públicas ou privadas, obedecidas as formalidades previstas em leis específicas;

IV - guardar e supervisionar os bens móveis e imóveis, bem como, todo o patrimônio da Fundação Municipal do Meio Ambiente;

V - praticar atos administrativos relativos aos servidores da Fundação Municipal do Meio Ambiente, de acordo com os dispositivos legais da [lei Orgânica](#) do Município de Itajaí - 1990, e leis complementares.

VI - delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação, dando-se publicação regimental e legal, nos autos dos boletins internos, resoluções instruções normativas e ou publicações em veículo de comunicação;

VII - participar, efetivamente, como membro participante do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMEA, representando paritariamente, as Organizações Governamentais;

VIII - dar apoio dentro da Política Municipal do Meio Ambiente, ao funcionamento e ao processo logístico autônomo e independente, necessário ao funcionamento do COMEA.

IX - encaminhar à Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Itajaí, os processos de inscrição de Dívida Ativa e os processos relativos aos recursos de Notificação de Multas impostas pela Fundação Municipal do Meio Ambiente;

X - exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Regimento Interno e demais competências previstas na Constituição Federal, Constituinte Estadual e [Lei Orgânica](#) Municipal de Itajaí.

SUBSEÇÃO I DA ASSESSORIA JURÍDICA

~~Art. 17 – À Assessoria Jurídica, diretamente subordinada ao Diretor Superintendente, compete:~~

~~I – articular-se com os demais órgãos da Fundação Municipal do Meio Ambiente – COMEA e da Prefeitura Municipal de Itajaí, com vistas ao cumprimento e execução dos atos normativos homologados sobre as questões que envolvem o desenvolvimento sustentável;~~

~~II – emitir parecer em matéria jurídica submetida a sua apreciação, principalmente, aqueles referentes aos procedimentos legais de direito de defesa e contraditas apresentadas nos autos de infrações, emitidos pela Divisão de Controle e Fiscalização;~~

~~III – prestar assessoramento jurídico de natureza não contenciosa à Superintendência e às demais áreas da Fundação Municipal do Meio Ambiente;~~

~~IV – promover a elaboração dos instrumentos relativos a contratos, convênios, ajustamentos de condutas, acordos de compensação ambiental, ajustes e acordos;~~

~~V – estudar e elaborar, em conjunto com os órgãos afins da Fundação e Prefeitura Municipal de Itajaí, anteprojetos de lei, decretos e regulamentos de interesse da Fundação Municipal do Meio Ambiente;~~

~~VI – propor ações, bem como, promover os atos de defesa dos interesses da Fundação Municipal do Meio Ambiente, em juízo ou fora dele;~~

~~VII – acompanhar as publicações de natureza jurídica e manter jurídica e manter atualizado o repositório da jurisprudência judiciária e administrativa, especialmente, as ligadas às atividades meios e fins da Fundação Municipal do Meio Ambiente;~~

~~VIII – organizar e manter atualizada a coletânea de leis, decretos, decreto-lei, portarias, instruções normativas, livros sobre Direito Ambiental e outros documentos e publicações forenses de interesse da Fundação Municipal do Meio Ambiente;~~

~~IX – emitir pareceres em matéria jurídica sobre os direitos e deveres constitucionais, necessários para subsidiar os processos de licenciamento ambiental, estudos de impacto ambiental, elaboração de RIMA, audiências públicas, compensações ambientais, implantação de unidades de conservação, enfim, promover a orientação jurídica para o Diretor Superintendente tomar as decisões com mais consistência e fundamentação jurídica, que cada caso requer, durante o processo;~~

~~X – desenvolver outras atividades de natureza jurídica ambiental, especificamente, de interesse da Fundação Municipal do Meio Ambiente, através da anuência e aprovação do Diretor Superintendente.~~

SUBSEÇÃO II DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 18 — À Assessoria de Comunicação Social, diretamente subordinada ao Diretor Superintendente, compete:

I — elaborar o plano anual de divulgação das atividades da Fundação Municipal do Meio Ambiente, conforme as suas necessidades e de acordo com as diretrizes gerais da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Itajaí;

II — organizar e manter o fichário de notícias e o arquivo de publicações referentes às atividades da Fundação Municipal do Meio Ambiente, bem como, aqueles referentes às questões sócio-ambientais publicadas nos diversos multimeios, a fim de montar uma hemeroteca;

III — editar as publicações da Fundação, bem como, promover a produção e a elaboração de materiais audiovisuais, principalmente, aqueles referentes aos programas de educação ambiental, campanhas educativas pontuais, mutirões ambientais e outras atividades afins;

IV — redigir notas e informações para a imprensa em geral, em forma de release, entrevistas, artigos em jornais ou similares, em perfeita consonância com a política de comunicação;

V — planejar e organizar campanhas destinadas à divulgação dos programas, projetos, planos e atividades pontuais da Fundação Municipal do Meio Ambiente, especialmente, aqueles de maior interesse da população;

VI — colaborar com todos os setores da Fundação, quando solicitado, principalmente, quando tornar-se necessário o desenvolvimento da mediação política do conflito intra e interinstitucional, existente nos projetos relativos a conservação, proteção, fiscalização e educação ambiental;

VII — exercer outras atividades pertinentes ou que lhe forem atribuídas por delegação ou ordem superior.

SUBSEÇÃO III

DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Art. 19 — São atribuições e competências do Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro:

I — Assinar em conjunto com o Diretor Superintendente, cheques e demais movimentações financeiras que se tornarem necessárias;

II — administrar e supervisionar a área administrativa financeira;

III — coordenar a elaboração da proposta orçamentária e do plano de contas da Fundação Municipal de Meio Ambiente;

IV — coordenar a elaboração do Plano Anual de Atividades, realizado em conjunto com os demais setores da Fundação;

V — programar, organizar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à administração financeira, contábil, orçamentária, patrimonial e de pessoal da Fundação Municipal do Meio Ambiente;

VI — estudar e implantar, em conjunto com as respectivas áreas, sistemas e métodos administrativos que visem o aperfeiçoamento e a racionalidade das atividades da Fundação;

VII — articular-se com os demais órgãos de planejamento e orçamentário do Município, com vistas ao cumprimento e execução de atos e construções normativas;

VIII — elaborar, com apoio logístico das demais áreas da Fundação, manuais, regulamentos e demais documentos normativos de utilização interna da Fundação, mantendo-os atualizados;

IX — promover o recrutamento, seleção e acompanhamento laboral de recursos humanos;

X — diagnosticar e minimizar as deficiências de desempenho e carência de recursos humanos na Fundação, visando aumentar o nível de satisfação dos servidores e melhoria do desempenho organizacional, na busca da qualidade total;

XI — qualificar os funcionários objetivando a formação, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos servidores da Fundação;

XII — possibilitar o aumento da conscientização dos servidores em relação a si mesmos e no contexto onde estão inseridos, valorizando sua capacidade técnico-administrativa, bem como, desenvolvendo atividades culturais;

artísticas e desportivas que visem demonstrar sua capacidade criativa, na Fundação e na sociedade;

XIII—propiciar ao servidor o conhecimento das normas legais e orientações referentes aos benefícios e deveres sociais, garantidos no regime jurídico adotado e nas normas previstas em lei;

XIV—zelar pela observância dos cronogramas estabelecidos para estudos, pesquisas, projetos, obras e serviços sob a sua coordenação hierárquica e estrutural;

XV—controlar o cumprimento dos termos contratuais, quando executados por serviços contratados;

XVI—elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como, sugerir medidas para corrigir eventuais ocorrências no descumprimento das disposições legais e contratuais;

XVII—outras atribuições pertinentes ao pleno exercício do Departamento Administrativo e Financeiro.

SEÇÃO IV

DO DEPARTAMENTO TÉCNICO

Art. 20—São atribuições e competências do Diretor do Departamento Técnico:

I—planejar, dirigir, orientar, coordenar, executar ou fazer executar as atividades de fiscalização, controle, monitoramento e gestão da qualidade ambiental e a utilização dos recursos naturais renováveis, da flora e da fauna;

II—supervisionar e promover estudos, programas e medidas de controle de exploração e uso racional dos recursos naturais, e da degradação ambiental do município;

III—elaborar o Plano Anual de Atividades Ambientais, em conjunto com a totalidade dos demais setores da Fundação e da Prefeitura Municipal de Itajaí;

IV—zelar pela observância dos cronogramas estabelecidos para estudos, pesquisas, projetos, obras e serviços sob sua coordenação;

V—controlar o cumprimento dos termos contratuais, quando executados por serviços contratados;

VI—elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como sugerir medidas para corrigir eventuais ocorrências no descumprimento das disposições legais e contratuais;

VII—dirigir, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conservação de amostras representativas dos ecossistemas e o manejo da vida silvestre, com vistas à manutenção da biodiversidade;

VIII—promover uma política municipal de meio ambiente, que tenha como fundamentação, um modelo: ecologicamente sustentável, economicamente viável, e socialmente justo;

IX—demais atribuições regimentais pertinentes ou que lhe forem atribuídas.

SEÇÃO V

DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Art. 21—São atribuições e competências do Diretor do Departamento de Educação Ambiental:

I—promover a Educação Ambiental no Município de Itajaí, em todos os seus níveis de ensino formal, bem como, através da educação popular não formal;

II—promover palestras, cursos, treinamentos, campanhas, caminhadas ecológicas, produzir folhetos e publicações diversas, cartazes, cartilhas, vídeos e outros meios educativos, necessários para desenvolver o processo de Educação Ambiental;

III—coordenar e executar programas e ações educativas orientadas para promover a participação da sociedade na preservação e conservação do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis;

IV—apoiar as ações de Educação Ambiental no âmbito do SISNAMA;

V— articular, colaborar e dar suporte de Educação Ambiental aos projetos técnicos desenvolvidos na Rede Municipal de Ensino, através das Escolas Municipais e Estaduais, e na Rede Particular de Ensino; bem como, os demais órgãos públicos e organizações não governamentais;

VI— elaborar planos de atuação e divulgação de assuntos relativos ao meio ambiente e aos conceitos de preservação, buscando promover a conscientização pública;

VII— compilar e reproduzir recursos didáticos, científicos e técnicos, e aperfeiçoar continuamente os métodos de educação ambiental empregados;

VIII— manter atualizados os dados e informações sobre as condições ambientais locais, nacionais e mundiais, elaborando e divulgando conteúdos informativos;

IX— organizar um acervo de recursos materiais, possibilitando consultas e pesquisas;

X— elaborar e coordenar a implantação de políticas de minimização de resíduos norteadas por diretrizes de redução (na fonte), reutilização e reciclagem de materiais, incluindo ações de caráter educativo no âmbito do Município de Itajaí;

XI— pesquisar e desenvolver métodos para coleta seletiva e reciclagem de resíduos, materiais radioativos, pilhas, baterias de celular, que incluam a participação ativa da comunidade, desde a geração dos mesmos até a sua disposição final ou reincorporação ao sistema produtivo;

XII— promover uma ação convergente centro/comunidade/sistema de ensino, como oportunidade de trabalho de autodesenvolvimento, na busca de soluções de problemas da comunidade;

XIII— promover estudos e debates sobre a problemática ambiental sob a perspectiva multi, inter e transdisciplinar, visando o desenvolvimento eficiente e eficaz de programas e projetos de Educação Ambiental;

XIV— buscar a incorporação dos meios de comunicação de massa na implementação de ações educativas, que facilitem a divulgação das informações dirigidas à comunidade;

XV— apoiar iniciativas e experiências locais e regionais, incluindo a produção de material instrucional, de modo a servir de subsídios ao processo educativo ambiental;

XVI— capacitar recursos humanos (professores, especialistas, técnicos, funcionários, formadores de opinião e outros) de órgãos governamentais ou não, através de cursos, seminários, fórum, workshop, oficinas ecológicas e treinamentos, etc.;

XVII— estimular e apoiar a criação de Núcleos de Educação Ambiental— NEA, em sua área de abrangência, multiplicando suas ações em âmbito local, de forma organizada e integrada.

XVIII— desenvolver outras atividades relacionadas, especificamente, ao processo pedagógico da Educação Ambiental.

Art. 22— O Departamento de Educação Ambiental, compreende as seguintes Divisões:

I— Divisão de Controle e Fiscalização

II— Divisão de Projetos Especiais

Art. 23— Compete a Divisão de Controle e Fiscalização:

I— planejar, programar e organizar as atividades relacionadas com o controle ambiental das atividades que impliquem na produção, beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos oriundos da flora e da fauna, das jazidas minerais e outras formas de recursos naturais renováveis;

II— elaborar critérios para visitação periódica às Unidades de Conservação, bem como, as áreas declaradas de preservação permanente;

III— coibir a prática de qualquer ato de caça, perseguição, apanha, coleta, aprisionamento ou abate de exemplares da fauna nas Unidades de Conservação, no perímetro urbano e no seu entorno;

IV— coibir o corte e coleta de vegetação sem a autorização do Departamento Técnico da Fundação, de acordo com as normas federais e estaduais que regulamentam esta atividade;

V— elaborar normas e padrões relativos à produção, estocagem, transporte, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade, a qualidade de vida e o meio ambiente, bem

como promover a sua aplicação;

~~VI— controlar a instalação de placas, tapumes, avisos ou sinais nos limites do território municipal;~~

~~VII— coibir a destruição, exploração e exploração dos afloramentos rochosos e formações geológicas de qualquer tipo, bem como, escavações, aterros ou alterações do solo, sem que a pessoa responsável realize a recuperação ambiental da área degradada, de acordo com as recomendações técnicas exigidas na legislação sobre o meio ambiente;~~

~~VIII— coibir retificações de cursos d'água, assim como outras atividades que possam modificar as condições hídricas naturais, realizadas sem a aprovação da Fundação Municipal do Meio Ambiente;}]~~

~~IX— emitir notificações, comunicados, embargos, autos de infração, termos de apreensão e termos de doação de produtos apreendidos, multa administrativa, conforme o caso, nas atividades que contrariem as disposições legais que regulamentam as questões sobre o meio ambiente;~~

~~X— instruir processos com recursos de multas administrativas aplicadas ao infrator, bem como, montar processos por crime ecológico para ser encaminhados ao Ministério Público;~~

~~XI— apreciar e supervisionar os projetos contratados a terceiros na área de suas atribuições, emitindo pronunciamento técnico a respeito da temática, obra ou prestação de serviços;~~

~~XII— propor medidas punitivas, valores de multas administrativas, aplicação de penalidades e medidas de compensação, sempre que se tornar necessário lavrar o competente auto de infração;~~

~~XIII— articular-se com entidades afins, públicas ou privadas, objetivando o pleno desempenho de suas atribuições;~~

~~XIV— promover o acompanhamento da qualidade dos recursos hídricos, do ar, do solo, da fauna e da flora;~~

~~XV— executar ou fazer executar atividades de monitoramento da qualidade ambiental e do estado dos recursos da fauna e da flora;~~

~~XVI— promover a realização e atualização do Diagnóstico e Relatório sobre a qualidade do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis do Município de Itajaí;~~

~~XVII— executar ou fazer executar programas nacionais e regionais relativos às substâncias perigosas e outros resíduos;~~

~~XVIII— executar ou fazer executar programas nacionais, regionais e municipais de qualidade do ar, da água e dos solos;~~

~~XIX— executar ou fazer executar medidas de prevenção e controle de incêndios florestais;~~

~~XX— desenvolver outras atividades que lhe sejam atribuídas.~~

~~Art. 24— Compete a Divisão de Projetos Ambientais:~~

~~I— promover a execução de estudos e pesquisas resultantes da relação entre o meio ambiente e o meio natural, num determinado tempo e espaço;~~

~~II— propor projetos específicos para implantar Unidades de Conservação, Educação Ambiental, Fiscalização Ambiental, Projetos Especiais de Ecoturismo, Reserva Particular do Patrimônio Natural, etc...;~~

~~III— desenvolver uma política de parceria, entre a Fundação Municipal do Meio Ambiente e as empresas privadas, a fim de promover a melhoria da qualidade do meio ambiente e o bem estar da coletividade;~~

~~IV— elaborar projetos especiais que atendam, prioritariamente, as necessidades de recursos para serem aplicados: na Política Nacional do Meio Ambiente, na preservação do patrimônio natural, na conservação dos recursos naturais e seus usos racionais, na fiscalização ambiental, controle e fomento dos recursos naturais renováveis;~~

SEÇÃO VI

DA GERÊNCIA ADMINISTRATIVA

~~Art. 25— São atribuições da Gerência Administrativa:~~

- I— administrar e supervisionar a área administrativa;
- II— coordenar a elaboração da proposta orçamentária;
- III— coordenar a elaboração do Plano Anual de Atividades, realizado em conjunto com os demais setores da Fundação;
- IV— programar, organizar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades relativas à administração financeira, contábil, orçamentária, patrimonial e de pessoal da Fundação;
- V— estudar e implantar, em conjunto com as respectivas áreas, sistemas e métodos administrativos que visem o aperfeiçoamento e a racionalidade das atividades da Fundação;
- VI— articular-se com os demais órgãos de planejamento e orçamento do Município, com vistas ao cumprimento e execução de atos e instruções normativos;
- VII— elaborar, com o apoio das demais áreas da Fundação, manuais, regulamentos e demais documentos normativos de uso interno da Fundação, mantendo-os atualizados;
- VIII— promover o recrutamento, seleção e acompanhamento laboral de recursos humanos;
- IX— diagnosticar e minimizar as deficiências de desempenho e carência de recursos humanos na Fundação, visando aumentar o nível de satisfação dos servidores e melhoria do desempenho organizacional;
- X— qualificar os funcionários objetivando a formação, o aperfeiçoamento e o desenvolvimento dos servidores da Fundação;
- XI— possibilitar o aumento da conscientização dos servidores em relação a si mesmos e no contexto onde estão inseridos, valorizando sua capacidade técnico-administrativa, bem como, desenvolvendo atividades culturais, artísticas e desportivas que visem demonstrar sua capacidade criativa, na Fundação e na Sociedade;
- XII— propiciar ao servidor o conhecimento das normas e orientações referentes aos benefícios e deveres a que estão sujeitos;
- XIII— zelar pela observância dos cronogramas estabelecidos para estudos, pesquisas, projetos, obras e serviços sob a sua coordenação;
- XIV— controlar o cumprimento dos termos contratuais, quando executados por serviços contratados;
- XV— elaborar relatórios sobre o andamento dos trabalhos, bem como, sugerir medidas para corrigir eventuais ocorrências no descumprimento das disposições legais e contratuais;
- XVI— outras atribuições pertinentes ou que lhe forem atribuídas.

Art. 26— Compete ao Agente de Serviços:

- I— receber, classificar, registrar, autuar e distribuir processos e demais documentos;
- II— preservar os processos e documentos em arquivos intermediário e permanente, responsabilizando-se pela sua guarda, controle e segurança;
- III— operar os equipamentos de rádio, telefax, telefone, música ambiental e outros instrumentos de transmissão de imagem e som;
- IV— operar os equipamentos de reprodução, impressão e encadernação de documentos sob qualquer processo;
- V— promover os trabalhos de segurança, conservação e limpeza dos bens das áreas físicas da Fundação;
- VI— promover a manutenção das instalações e equipamentos;
- VII— coordenar e fiscalizar o uso adequado dos veículos;
- VIII— providenciar a legalização dos veículos de propriedade da Fundação;
- IX— controlar a movimentação bem como o registro de ocorrências com veículo;

X—manter o registro e controle do consumo de combustíveis e lubrificantes, bem assim, das despesas de manutenção dos veículos;

XI—promover a manutenção e conservação dos veículos da Fundação;

XII—zelar pelo cumprimento de normas internas referentes a transporte e dos dispositivos e normas legais de trânsito

XIII—responder técnica e administrativamente, qualitativa e quantitativamente, perante a autoridade superior, pelas atividades de trabalho de apoio logístico que lhe forem conferidas;

XIV—executar as atividades primárias inerentes a montagem de processos administrativos, operacionalizar os sistemas de comunicação (fac símile, e mail, telefone, serviços de correio e malote;

XV—auxiliar nos trabalhos técnicos, estudos, experimentos, pesquisas e outras similares;

XVI—contribuir para o sucesso de todas as atividades da Gerência Administrativa e Departamento Administrativo e Financeiro, realizando todas as tarefas previstas no regimento da Fundação.

SEÇÃO VII **DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E CONTÁBIL**

Art. 27—São atribuições da Divisão Administrativa:

I—planejar, dirigir, orientar e coordenar as atividades referentes a processamento de dados e recursos humanos;

II—administrar e controlar os recursos materiais, controle do patrimônio, transporte e comunicações, bem como promover a sua execução através das demais unidades administrativas;

III—delegar atribuições, especificando a autoridade delegada e os limites da delegação;

IV—praticar os atos administrativos relativos aos servidores da Fundação;

V—supervisionar, controlar e executar as atividades relacionadas com o processamento dos dados, administração de material, transportes e serviços gerais.

Art. 28—São atribuições da Divisão Financeira e Contábil:

I—proceder ao registro contábil dos atos e fatos da gestão administrativa da Fundação, observando o Plano de Contas Único da União;

II—elaborar os balancetes, balanços e demonstrativos contábeis, orçamentários e financeiros, bem como, as prestações de contas da Fundação;

III—analisar os demonstrativos e registros contábeis analíticos, providenciando o saneamento de posições anormais;

IV—controlar a efetivação da conformidade diária e contábil das operações realizadas pela Fundação;

V—manter arquivo de documentação contábil, facilitando a sua utilização pelos órgãos de auditoria interna e externa;

VI—conhecer os relatórios e certificados de auditoria produzidos pelo órgãos de controle e promover as diligências necessárias.

Capítulo IV **DAS SUBSTITUIÇÕES DE PESSOAL**

Art. 29—São substituídos em suas faltas ou impedimentos eventuais:

I—O Diretor Superintendente pelo Diretor Administrativo e Financeiro;

II—Na falta do Diretor Administrativo Financeiro ocorrerá a substituição por um dos outros diretores disponíveis no ato. (Revogado pela Lei Complementar nº [85/2006](#))

Capítulo V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30 - O exercício financeiro da Fundação Municipal do Meio Ambiente coincidirá com o ano civil, dentro do exercício fiscal.

Art. 31 - A estrutura administrativa estabelecida na presente lei entrará em funcionamento, gradualmente, na medida em que os Órgãos que a compõem forem sendo implantados, segundo as conveniências da Administração e as disponibilidades dos recursos.

~~Art. 32—A Fundação Municipal do Meio Ambiente terá em seu quadro de pessoal: 01 Diretor Superintendente, nível AS1; 03 Diretores, nível AS2; 01 Assessor Jurídico, nível AS1-A; 01 Assessor de Comunicação Social AS1-A; 01 Gerente Administrativo, nível AS1-B; 04 Chefes de Divisão, nível AS3; 06 Fiscais Ambientais, nível AS4; 06 Agentes de Serviços Gerais, nível AS1-D.~~

~~§ 1º Ficam criados os cargos mencionados no caput deste artigo, todos de provimento em comissão, de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme o estabelecido no anexo I da presente Lei.~~

~~§ 2º Os ocupantes de cargos mencionados no caput deste artigo perceberão, durante o exercício dos respectivos cargos, o vencimento a ele correspondente, sendo acrescido, a título de verba de representação ou de gratificação de função, um percentual de:~~

~~I— 70% (setenta por cento), para os cargos de Superintendente e Diretor de Departamento;~~

~~II— 50% (cinquenta por cento), para os cargos de Assessor Jurídico, assessor de Comunicação Social, Chefe de Divisão e Fiscal Ambiental;~~

~~III— 30% (trinta por cento), para o cargo de agente de Serviços Gerais;~~

~~§ 3º Os cargos de provimento efetivo tais como: Geólogo, engenheiro Agrônomo, Biólogo, Sociólogo e demais necessários serão criados por lei especial. (Revogado pela Lei Complementar nº 85/2006)~~

Art. 33 - O Quadro de Pessoal e suas alterações posteriores serão aprovados pelo Prefeito Municipal, ouvido o Conselho Deliberativo.

Art. 34 - A Fundação Municipal do Meio Ambiente poderá dispor, para o exercício de suas competências, de mecanismos de natureza transitória, tais como Comissões, Grupos de Trabalho e outros similares, a serem constituídos pelo Diretor Superintendente, com prazo determinado de funcionamento.

Art. 35 - As despesas oriundas da aplicação desta lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento corrente, suplementadas se necessário.

Art. 36 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder no orçamento do Município, os reajustamentos que se fizerem necessários, em decorrência desta lei.

Art. 37 - Lei Complementar disporá sobre a criação e composição do Plano de Carreira dos servidores efetivos da Fundação.

Art. 38 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 04, de 08 de dezembro de 1999.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 14 DE MARÇO DE 2000

RENATO RIBAS PEREIRA
Prefeito Municipal em exercício